

Após iniciar buscas para levantamento dos dados na cidade de Bauru, a fim de que pudesse elaborar o exercício proposto no Módulo IV do Curso DESASTRES SÓCIOAMBIENTAIS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL, ou seja, preencher os dados da Tabela do PLANO DE AÇÃO PARA REDUÇÃO DO RISCO DE DESASTRES, verificamos junto a Prefeitura Municipal, através da Secretaria Municipal do Obras, Secretaria Municipal de Planejamento, Emdurb- Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Bauru, e a Defesa Civil, que devido à falta de diagnósticos por bairros, à falta de cadastro e organização das informações disponíveis, não conseguimos o levantamento dos dados para a elaboração da tarefa conforme proposta pelo curso.

Infelizmente, a gestão e elaboração de plano de ação, só é possível quando o município, através dos seus atores, gestores, participam, e isso requer uma mudança cultural, não existe diagnóstico por bairro.

Por isso, é necessário investir na formação de redes e na conquista de parceiros, como os meios de comunicação, para que coloquem na agenda a importância da prevenção, redução de risco de desastre como um tema importante e não como algo factual quando acontecem os desastres. Necessário a gestão integrada do risco, todos têm seu papel: a comunidade, associações de moradores, poder público, os políticos, os empresários, as escolas, enfim toda a sociedade.

MEU BAIRRO É DENOMINADO JARDIM JANDIRA.

ESSE BAIRRO EXISTE PONTO DE ALAGAMENTO, LOCALIZADO NA RUA BENEVENUTO TIRITAN.

MEU BAIRRO PERTENCE A BACIA 3 **conforme mapas por setor da secretaria municipal de planejamento e plano diretor- esse setor possui 9.677 habitantes e compõem os seguintes bairros: Jardim Eugenia, Vila Independência, Jardins do Sul, Vila Santista, Vila São Francisco, Jardim Jandira, Shangrila, Jardim Solange, Jardim Terra Branca.**

O Jardim Jandira faz divisa com o bairro Vila São Francisco, Vila Santista e Vila Independência, possuem muitos problemas socioambientais:

PRINCIPAIS AMEAÇAS E VULNERABILIDADES DO BAIRRO:

- Possui um Estádio Distrital de Futebol abandonado, com mato alto, lixo, bichos.

- Vários terrenos abandonados, com mato alto.

- População de cães e gatos abandonados pelo bairro.

- Coleta de lixo insuficiente.

- Lixo jogado nos terrenos baldios – que são vários.

- Um ecossistema vulnerável.

-População carente, entre baixa e média, com problemas sociais: usuários de drogas, tráfico de entorpecentes.

-Ruas com vazamentos de água constantemente, havendo falta de água.

- Temos a proliferação de pragas urbanas como moscas, pernilongos, ratos e escorpiões, caramujos africanos.

- Algumas ruas sem asfalto, outras com asfalto mas com buracos, devido às chuvas.

- O bairro não conta com associação de moradores, mas tem dois líderes comunitários (atualmente não atuantes).

- O bairro conta com escola pública municipal e estadual, posto de saúde.

-O bairro possui alguns estabelecimentos comerciais, mas falta rede de supermercado.

E após iniciar pesquisas e buscas, constatamos que a cidade de Bauru, possui pontos de alagamentos, a seguir:

- Avenida Nações Unidas, principalmente próximo ao Obeid Plaza, ao Sincomercio, ao Teatro Municipal, ao cruzamento com a av Rodrigues Alves e sob o pontilhão da ALL (linha férrea).
- **Avenida Comendador José da Silva Marta, próximo à linha férrea e rua Benevenuto Tirintan. (estou aqui)**
- Avenida Alfredo Maia, entre as quadras 01 e 04, principalmente próximo ao viaduto.
- Avenida Waldemar G. Ferreira, no trecho da Elias Miguel Maluf até o viaduto da ferrovia.
- Rua São Sebastião, sobre o rio.
- Avenida Daniel Pacífico, sobre o rio.

Resolvemos então descrever um pouco da situação da cidade de Bauru e descrever um pouco dos problemas existentes.

Bauru é uma cidade de médio porte do interior paulista, que tem um alto índice de urbanização, com 98,33% de sua população, ou seja, 337. 946 habitantes morando em área urbana, segundo dados fornecidos pelo SEADE (2010).

Tais dados apontam Bauru como um município que se destaca em relação às demais cidades da região e também em relação ao Estado de São Paulo.

Bauru saltou de uma população de 185. 683 habitantes (1980), para 343.695 habitantes (2010), ou seja, um aumento aproximado de 85% de sua população. Porém, nesse mesmo intervalo, o percentual de população urbana partiu de 96,84% (1980) para 98,33% (2010), tendo um aumento de apenas 1,49% em seu percentual de população urbana.

Bauru sofreu um processo de urbanização intenso e precoce, quando comparado com a média do Estado de São Paulo e com outras cidades de sua região. Para atender a crescente demanda habitacional do município, novos loteamentos foram criados, com localização e infraestrutura compatíveis com o nível social do público alvo que se deseja atingir. Tal processo, culminando num cenário de grande segregação social. Para suprir as necessidades de habitação das classes menos favorecidas, começaram a ser criados os núcleos habitacionais.

Bauru possui vários núcleos habitacionais, distribuídos pela periferia da malha urbana. Estes bairros tiveram um papel fundamental para a expansão da malha urbana e desenvolvimento das regiões onde foram construídos.

Em paralelo a produção dos núcleos habitacionais, começou a se disseminar uma nova modalidade de loteamentos: o loteamento fechado.

A construção dessas duas novas categorias de ocupação urbana - núcleos habitacionais e loteamentos fechados - gerou um panorama de intensa segregação social na cidade de Bauru, formada por regiões centrais e com localizações estratégicas compostas por loteamentos fechados e de alto padrão, e regiões periféricas repletas de núcleos habitacionais. A construção, em paralelo, desses dois tipos distintos de parcelamento de solo, gerou uma série de vazios urbanos que agravam a questão da segregação social, e a especulação imobiliária do solo urbano. Por isso, é de extrema importância a elaboração de projetos urbanos, que mitiguem o problema da segregação social e tornem a malha urbana cada vez mais homogênea.

PROBLEMAS DIAGNOSTICADOS pela Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Bauru

Aos funcionários dessa secretaria, falta de treinamento da equipe atual, a equipe de servidores da Divisão de Drenagem não recebe qualquer tipo de treinamento específico quanto à metodologia de trabalho, desenvolvimento de novas tecnologias de execução e sustentabilidade, técnicas e normas de segurança do trabalho.

Os serviços e obras executadas pelo município com mão de obra própria não contam com projetos adequados. Eles são executados de forma rudimentar, sem respaldo técnico e muitas vezes sem dimensionamento ou atendimento às normas da ABNT.

Falta de equipamentos- muitos já obsoletos e antigos. Por conta disso, requerem manutenção constante e com alto custo de operação.

Escassez de recursos -O orçamento destinado à Divisão de Drenagem não é suficiente para a execução da manutenção necessárias das redes e limpeza de bocas de lobo, motivo pelo qual praticamente, não são executadas obras novas.

Investimentos em infraestrutura não vinculados à Política de Saneamento

Até o momento, não existe política municipal de saneamento no município.

Existem - Bairros antigos adensados sem a estrutura suficiente de drenagem.

O sistema de captação de águas pluviais é muito insuficiente. Antes do ano de 1979 os empreendedores não eram obrigados a prover seus loteamentos de infraestrutura básica, assim não havia investimentos suficientes em redes de captação de drenagem de águas pluviais, coleta de esgoto, abastecimento de água potável, guias, sarjetas e pavimentação asfáltica. Esta ausência de obrigatoriedade em obras de infraestrutura ocasionou um grande prejuízo a nossa cidade, pois a municipalidade foi obrigada a executar obras para amenizar esta situação de prejuízo acumulado ao longo destes 118 anos de existência do município, e em muitos casos sem os projetos adequados.

Existem Galerias antigas implantadas sem eficiência

De uns anos para cá o município passou a exigir as obras de infraestrutura necessárias aos novos loteamentos a serem implantados no município, embora não houvesse normatização para isso e em muitos casos as redes foram executadas com dimensionamento insuficiente para a demanda futura.

No centro da cidade as redes são subdimensionadas e totalmente insuficientes, acarretando sérios alagamentos com inundação das calçadas, pista de rolamento, prédios residenciais e comerciais colocando em risco os transeuntes.

Existem outros loteamentos que estão totalmente urbanizados e consolidados que tem seu sistema de drenagem de águas pluviais outros não.

A Rede de captação existente no município conta com aproximadamente 340 km de redes de drenagem e 7.000 bocas de lobo para captação de águas pluviais. Estes números são estimados devido à falta de cadastro e organização das informações disponíveis. Até hoje a prefeitura realiza obras de drenagem de águas pluviais e sua consequente pavimentação nos bairros mais antigos, loteados e aprovados antes de 1979, a fim de sanar o déficit histórico em obras deste gênero e garantir qualidade de vida aos moradores das regiões englobadas.

Um exemplo atual é que estamos realizando tais obras através do projeto PAC Pavimentação, que irá asfaltar mais de 700 quadras e instalar mais de 26 km de galerias de águas pluviais, em virtude da situação que se impetrou em nossa cidade ao longo do tempo.

Na maioria das redes existentes ocorre a falta de poços de visita, já que se observa a existência predominante das caixas de conexão sem inspeção. Aliado a isso, os poços de visita que existem não contam com a devida identificação nas tampas.

Assim, quando há a necessidade de manutenção, tem-se que escavar para localizar a caixa, causando um transtorno no local.

- Falta de manutenção na microdrenagem

A ocorrência da insuficiência das redes existentes, aliada a grandes problemas como deposição de lixo, entulho, areia, pedra e outros materiais, têm graves consequências ao ambiente da cidade, principalmente nas épocas de chuva, pois quando ocorre uma precipitação de maneira mais intensa, estes materiais são carreados para as bocas de lobo, ocasionando seu entupimento e causando grande transtorno ao sistema de captação de águas pluviais, já que este tem seu funcionamento afetado, deixando de funcionar.

A equipe atual da Prefeitura consegue efetuar anualmente a manutenção e limpeza de 3.000 das 7.000 bocas de lobo existentes no município. Ou seja, uma boca de lobo seria limpa a cada dois anos, caso não houvesse pontos críticos que nos obriga a manutenção constante.

- Canalização de córregos com seção insuficiente

O Córrego das Flores, em canal fechado, é o caso mais grave existente em nossa cidade. Situa-se sob a Av. Nações Unidas, no trecho entre o Anfiteatro Vitória Régia e a Av. Nuno de Assis. Conta com vários problemas no âmbito da drenagem de águas pluviais: erros de concepção, erros de execução, falta de projetos, falta de manutenção, falta de microdrenagem e, para colaborar com o caos, o trecho do cruzamento com a linha férrea está abaixo do nível do córrego, em desacordo com o projeto inicial que previa uma transposição sobre a linha férrea com viaduto.

O canal está subdimensionado e a captação da rede de microdrenagem é desprezível se comparada à necessidade. Como resultados destes vícios ao longo do tempo, temos computado várias mortes, inúmeros acidentes, prejuízos vultosos a munícipes e ao município.

O município tem uma licitação em andamento para contratar um estudo da bacia do córrego e um projeto para solução do problema. Porém isto está muito longe de ser a solução, pois, se não

for viabilizada economicamente a execução das obras, a cada chuva intensa em nossa cidade o risco de que vidas sejam ceifadas aumenta e se perpetua.

O Ribeirão Bauru, em canal a céu aberto, situa-se entre o Fórum e a Rodovia Marechal Rondon, com fundo em laje de concreto entre o Fórum e a Rodoviária.

É o mais importante córrego do sistema de macrodrenagem de nossa cidade, pois é o exutório da Bacia Hidrográfica que contém 90% do perímetro urbano, motivo pelo qual deve ter a maior vazão possível, evitando enchentes e inundações.

Existe um degrau no fundo do canal a montante do cruzamento com a av. Nações Unidas que propicia a perda de profundidade e vazão.

O Córrego Madureira, trecho final em sua foz. O Córrego Boa Vista, em canal a céu aberto entre a Rua Alves Seabra e Av. Nações Unidas Norte.

- Falta de manutenção na macrodrenagem

O revestimento das margens de canais, córregos e rios tem a função precípua de conter e evitar o processo de erosão de terra causado por intempéries e pela ação fluvial ao longo do tempo, a fim de manter a seção do curso d'água estável.

A inexistência de ações de forma periódica para limpeza dos córregos contribui para a diminuição da vazão dos mesmos devido ao acúmulo de mato em seu leito e a deposição de areia (assoreamento).

Não tem havido esta manutenção, que deve ser sistêmica. Nossos córregos tem declividade muito baixa, o que provoca o seu assoreamento, dificultando o escoamento e criando um processo evolutivo que culmina com enchentes e inundações em locais indesejados.

Ao longo do tempo, todas as vezes que foi executada a dragagem dos córregos, o material retirado do leito é depositado ao longo de sua margem, que com o passar do tempo retorna ao leito, ficando sem eficácia o trabalho executado.

- Projetos inadequados de vias públicas

O descuido na elaboração e aprovação dos projetos de terraplenagem das vias dos loteamentos ocasionou pontos baixos no meio das quadras, que gera o empoçamento de águas pluviais.

Desta forma, ocorre o transbordamento e inundação de residências ou lotes. Nestes casos o município é obrigado a desapropriar lotes a jusante para a execução de redes de drenagem com custeio do erário público.

- Sistemas de contenção existente

O município contratou em 2002 uma empresa especializada para o desenvolvimento do estudo de macrodrenagem na bacia dos córregos Água da Ressaca, Água da Forquilha, Água do Sobrado e Córrego da Grama, todos afluentes do rio Bauru. Neste estudo, foi diagnosticado a necessidade de implantação de 6 barragens para a detenção de águas pluviais: Bacia do Córrego Água da Forquilha: Projetado 1 Reservatório; Bacia do Córrego Água da Ressaca: Projetado 1 Reservatório; Bacia do Ribeirão Bauru (parcial): Projetado 1 Reservatório; Bacia do Córrego Água do Sobrado: Projetado 1 Reservatório (executado); Bacia do Córrego da Grama: Projetado 2 Reservatórios

Até o presente momento, foi implantando apenas uma destas barragens, a do córrego Água do Sobrado, havendo ainda outras cinco a serem construídas.

O governo estadual projetou e executou o reservatório da bacia do córrego Água do Castelo. Por orientação deste estudo contratado de macrodrenagem, o município passou a exigir dos empreendedores que se fizesse uma bacia de retenção no próprio empreendimento, com a finalidade de retenção do acréscimo de vazão de águas pluviais na área, devido à implantação do mesmo, durante os picos de chuva, por 20 minutos.

Estas bacias de retenção são executadas e não há qualquer acompanhamento técnico para se aferir a funcionalidade da obra, seja quanto ao assoreamento, seja quanto à deposição de lixo e detritos, obstrução de extravasores, mato e até cercamento de segurança.

A falta de manutenção causa o acúmulo de água parada, causando mau cheiro e ambiente propício para disseminação de doenças. Temos epidemia de dengue na cidade e temos casos de endemia de **leishmaniose**.

Algumas bacias não são dotadas de dispositivos que conduzem as águas de lavagem de quintais, calçadas e automóveis diretamente à rede de lançamento à jusante da bacia, por serem de volume insignificante, acumulando a causando mau cheiro.

As bacias de retenção servem ainda para decantação dos materiais pesados em suspensão na água pluvial, contribuindo para evitar a poluição dos córregos, além da infiltração e evaporação que contribui para restabelecer o ciclo hidrológico com sustentabilidade. Atualmente, não são previstos sistema de infiltração pelo fundo do reservatório, que pode aumentar sobremaneira o volume infiltrado.

- Problemas nas barragens já construídas

A falta de manutenção, limpeza e vícios na execução propiciam o assoreamento, o acúmulo de lixo e de água parada que são potenciais criadouros de vetores disseminadores de doenças que, por vezes, assolam a população. A inexistência de ações de forma periódica para limpeza e manutenção nas barragens já construídas pode ocasionar futuros problemas como entupimentos e rompimentos, afetando todo o sistema de drenagem e manejo das águas pluviais do município. Também não há fiscalização nas barragens existentes nos loteamentos fechados.

- Ausência de estudos em córregos urbanos

Ausência de estudos de macrodrenagem nas bacias dos córregos do Barreirinho, Água Comprida, Córrego Madureira e Ribeirão Vargem Limpa.

- Ausência de estudos em córregos rurais

Ausência de estudos de macrodrenagem nos córregos presentes na zona rural do município.

PROBLEMAS DIAGNOSTICADOS

- O Plano Diretor Participativo, apesar de ter sido publicado em 22 de agosto de 2008 (Lei 5631), ainda não possui as regulamentações necessárias para a instituição das diversas políticas públicas de drenagem – urbana e rural - ali definidas.

- A legislação municipal é muito antiga, não acompanha nem os novos dispositivos da legislação federal e estadual, nem as novas tecnologias possíveis.

- A completa falta de legislação sobre questões extremamente relevantes, valendo apenas “Diretrizes” que são formuladas por técnicos da Secretaria de Obras.
- A questão das diretrizes gera diferenças por toda a cidade, pois depende exclusivamente da visão e percepção do técnico que avaliou a situação específica.
- A não existência e a não aquisição das Normas Técnicas da ABNT para consulta e arquivo na Secretaria de Obras.
- O não cumprimento da pouca legislação existente (ex: Prefeitura manter limpas as calçadas e sarjetas de imóveis de sua propriedade – art. 55 do Código de Obras, lei de 1982).
- Falta de servidores na função de fiscalizadores do cumprimento da legislação existente e futuras (ex: art. 151 do Código de Obras, que determina que nas obras particulares as instalações de águas pluviais sejam feitas em redes diferentes da rede de esgoto, e sua utilização para serviços de limpeza).
- A falta de estrutura de geoprocessamento e compartilhamento de informações, gera dificuldades no entendimento e na aplicação da legislação existente

PROBLEMAS DIAGNOSTICADOS

- Insuficiência de bases de dados municipais que retratem a situação de drenagem.

Falta de informatização e equipe especializada para a organização e cadastro das informações a respeito do sistema de drenagem municipal rural e urbana.

Não existe o cadastro das redes executadas anteriormente a 2003, época que o município passou a exigir das empresas terceirizadas e dos empreendedores a apresentação de cadastro.

Não existe conferência destes cadastros e/ou verificação da veracidade das informações apresentadas.

Até os dias de hoje os serviços e obras executadas pelo município com mão de obra própria não tem cadastro algum, sendo que estas informações são perdidas.

A ausência de estrutura de geoprocessamento.

A falta de compartilhamento de informações entre os órgãos envolvidos, a insuficiência de informações quanto à disponibilidade de áreas públicas (municipais, estaduais ou federais) que poderiam ser utilizadas para implantação de infraestrutura, a ausência de informações sistematizadas entre os órgãos municipais ocasionam a precariedade dos projetos confeccionados.

Os cadastros que atualmente recebemos não são compilados e as informações estão totalmente fragmentadas, não são armazenadas corretamente, não tem padronização para apresentação, fato que dificultará em muito seu aproveitamento num banco de dados.

Portanto temos, um modelo de crescimento desordenado, modo de vida que produz vulnerabilidades sociais, incluímos aspectos como pobreza, ocupação inadequada do solo, inexistência de equipamentos urbanos e insuficiência de políticas que atendam às necessidades da população do bairro.

Para a redução dos riscos de desastre, necessário gestão ambiental adequada, prevenção e melhoramento na preparação da malha viária, asfalto, combate a erosão, pontos de alagamento.

Visando uma Gestão de risco de desastre, necessário um processo sistemático de uso de políticas administrativas, organização, habilidades e capacidades operacionais para implantar políticas adequadas e fortalecer as capacidades de enfrentamento, a fim de reduzir esses impactos negativos.

Não temos a Defesa Civil implantada, de forma correta, sem plano diretor, temos apenas a criação de uma comissão no papel.

Com a evolução e ampliação da Defesa Civil em termos de legislação no Brasil, o município ainda está atrasado, ainda não implantou de forma correta. Não conta com a atuação da sociedade organizada na proteção de si própria, com a gestão integrada de risco e desastre, com atuação dos órgãos governamentais, e entidades, visando a coordenação e procedimentos a fim de prevenir, e minimizar os riscos da cidade e bairros, reduzindo danos e prejuízos à população. Infelizmente, os gestores e os atores no município não entendem a importância dessa construção. Só lembram quando as fortes chuvas alagam a cidade e destrói casas, o asfalto e causa prejuízo à população.

Temos em Bauru, locais na área urbana, como tanques de armazenamento de gasolina e álcool, Bauru é uma cidade distribuidora de combustível, porém, essas empresas e tanques estão dentro da área urbana. É uma ameaça, no tocante, a explosões, incêndios.

Temos o maior crime ambiental, a cidade é chamada a cidade do chumbo, crime ambiental, onde a empresa AJAX contaminou o solo, a água e seus funcionários e famílias dos bairros no entorno da fábrica, com radiação, lixo tóxico.

Portanto o município possui várias frentes de Vulnerabilidade: abrange as características e circunstâncias de uma comunidade, sistema ou meio que os tornam suscetíveis aos efeitos danosos de uma ameaça. Vários fatores influenciam diretamente na vulnerabilidade, tais como: socioeconômicos, culturais, religiosos, ambientais, físicos, institucionais, falta de informação e conscientização pública, o reconhecimento oficial limitado de risco e medidas de preparação e negligência da gestão ambiental.

Bauru é uma cidade que conta com Universidades públicas e particulares, no entanto, não existe esse movimento em prol da comunidade a fim de enfrentar os seus problemas.

Recentemente, o atual prefeito decretou estado de calamidade pública no município.

O documento leva em consideração a intensa precipitação ocorrida entre os dias 9 e 13 de janeiro deste ano, que somaram mais de setenta e duas horas quase ininterruptas de chuvas, com volume acumulado de 310 milímetros até o dia 15, sendo que para o mês de janeiro a média climatológica é de 290 milímetros. Somente no dia 12 de janeiro o acumulado foi de 124 milímetros.

Em decorrência dessa forte precipitação, foram constatados danos em diversos prédios públicos, vias públicas, pontes, cabeceiras de pontes, estradas vicinais, galerias de águas pluviais, sistema de drenagem, interceptores de esgoto, instalações e equipamentos da estação de captação de água, limpeza/desassoreamento da lagoa de captação e danos sociais.

A medida é sustentada por parecer da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, ouvidos os seguimentos envolvidos na ação de socorro - Secretaria de Obras, Secretaria do Bem Estar Social, Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural, Secretaria Municipal de Agricultura,

Departamento de Água e Esgoto, Secretaria das Administrações Regionais, Secretaria de Meio Ambiente e Secretaria de Saúde, relatando as ocorrências.

Mas essa Coordenadoria não está devidamente aparelhada, com sede e equipamentos, sem viaturas, equipe, etc.

O município, até o momento os números apontam que em 2015 foram registrados 8.522 casos de dengue em Bauru, sendo 8.460 casos autóctones e 62 casos importados, com 06 óbitos.

O município não conta com um Sistema de alerta e alarme eficiente. Apesar de ter radares meteorológicos do IPMet/UNESP, localizados em Bauru.

O IPMet possui um banco de dados BANCO DE DADOS DE DESASTRES NATURAIS- com registro de 511- que envolvem quedas de arvores, ventos fortes, chuvas de granizo, falta de energia, danos em imóveis, alagamentos, transbordamento de rios, desabamentos, congestionamento trânsito, interdição via pública, danos veículos, danos em imóveis, queda de muro.

Os alertas são realizados pela imprensa , jornal e rádio, mas não existe um conjunto de habilidades para gerar e disseminar informações que alertem indivíduos, comunidades e organizações diante da ocorrência de uma ameaça, a fim de que possam se preparar adequadamente e com antecedência, para reduzir a possibilidade de perda ou dano.

Um sistema de alerta inclui quatro elementos fundamentais: (1) o conhecimento do risco, (2) monitoramento da área, (3) comunicação ou a divulgação de alertas e, (4) as capacidades locais para responder ao alerta recebido.

O alerta é o primeiro sinal para a preparação diante de uma ameaça iminente, já o alarme é o aviso de que a ameaça já está se concretizando. É na fase de alarme que os órgãos de resposta entram em ação, as comunidades são evacuadas para áreas seguras, a fim de minimizar perdas e danos. O sistema de alerta e alarme só funciona em conjunto com medidas de prevenção e preparação comunitária.

A Preparação: reúne o conjunto de ações que visam melhorar a capacidade da comunidade frente aos desastres, incluindo indivíduos, organizações governamentais e organizações não governamentais, para atuar no caso da ocorrência desse.

A Resposta: abrange o conjunto de ações destinadas a reconstruir a comunidade atingida por um desastre, propiciando o seu retorno à condição de normalidade, sempre levando em conta a minimização de novos desastres.

A Reconstrução: abrange o conjunto de ações destinadas a reconstruir a comunidade atingida, propiciando o seu retorno à condição de normalidade, sempre levando em conta a minimização de novos desastres.

A Mitigação: diminuição ou limitação dos impactos adversos das ameaças e dos desastres.

Frequentemente, não se pode prevenir todos os impactos adversos das ameaças, mas se pode diminuir consideravelmente sua escala e severidade mediante diversas estratégias e ações.

Não existe um plano de contingência no município de Bauru.

A elaboração do plano de contingência deveria ser feita pelas autoridades do município, com participação das comunidades locais e coordenação da defesa civil. Não basta ter um plano de

contingência dentro da prefeitura sem o conhecimento da comunidade, pois ele não vai funcionar. Esse é um instrumento estratégico que deve ser socializado, para que tenha a participação de todos, porque só assim ele funciona.

O Plano de Contingência deve considerar informações pertinentes ao atendimento da emergência, tais como:

- Identificação de pessoal, equipamentos, instalações, suprimentos e outros recursos disponíveis para a resposta às emergências e como serão mobilizados;
- A identificação da responsabilidade das organizações e dos indivíduos que desenvolvem ações específicas relativas ao tipo de desastre mapeado que pode atingir aquele local. Por exemplo: técnicos especializados em enchentes, deslizamentos, secas, etc.;

Bauru é uma cidade de porte médio e que apresenta inúmeros problemas ambientais. A cidade não possui planejamento, conta com 17 favelas, mais de 314 bairros instalados na cidade e inúmeras questões decorrentes dessa urbanização malfeita.

Não temos esgoto tratado, são mais de 1500 litros de esgoto por segundo, sem tratamento, que são lançados nos córregos da cidade; todos esses córregos deságuam no rio Bauru. Além disso, tem um problema de abastecimento; o rio que fornece água pra cidade, o rio Batalha, está completamente degradado, assoreado, por conta de uma exploração agrícola, inclusive nas suas margens.

Toda a água produzida em Bauru é coletada pelas nossas redes coletoras de esgoto, e essa água que produz o nosso esgoto hoje está sendo 100% lançada in natura no rio Bauru; córregos afluentes e total no Rio Bauru.

Temos o Rio Batalha que abastece 40% da população de Bauru é um rio que foi degradado ao longo dos anos pela ação do homem; pela população ribeirinha, pelos proprietários de imóveis rurais.

Poluição industrial: o caso Ajax

A cidade de Bauru tem 7 áreas contaminadas por poluição industrial, sendo que aqui na cidade nós temos a maior área contaminada da América Latina, conhecida, por chumbo, isso em decorrência das atividades de uma fábrica – Acumuladores Ajax – que por mais de 30 anos explorou a nossa cidade, contaminou o solo da nossa cidade e hoje tem todo esse passivo aí para ser solucionado. Algumas áreas de amostragem de água no entorno da área contaminada mostraram a contaminação do solo e da água. Isso é um problema muito sério e que precisa ser trabalhado tanto pelo poder público, pelos órgãos ambientais como a Cetesb, que pertence à Secretária Estadual do Meio Ambiente, quanto pela própria empresa, que agiu de modo irresponsável contaminando toda aquela região.

PLANO DIRETOR BAURU

O planejamento urbano de Bauru assim como o poder público local, através da prefeitura municipal, têm dificuldades na implantação por causa dos interesses políticos e econômicos em alterar e se fazer cumprir o Plano Diretor, embora não tenha o detalhamento necessário de ações claras e estratégias de desenvolvimento da cidade em que não coloquem em risco as áreas de fundo de vale nem onere a sociedade como um todo.

A Secretaria municipal de planejamento não conseguiu estabelecer, na prática, conforme a legislação contida no Plano Diretor, limites territoriais para a apropriação do ambiente urbano, o que depende muito mais das relações de custo e benefício para os investidores. Ocorre, então, a perda no sentido ambiental para as populações mais pobres e que vivem na periferia e próximas às áreas de fundo de vale.

Socialmente, a cidade reflete o descaso das autoridades locais por quase não haver participação popular para se resolver os problemas de natureza social, urbana e da durabilidade das áreas de fundo de vale.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Bauru existe desde o ano de 1996, no entanto, os problemas de natureza endógena, se bem que se apresentem de maneira complexa, quer dizer, no seu todo do ponto de vista econômico, social, político e cultural, ainda é discutido de maneira fragmentada e de modo reducionista.

A racionalidade do capital tem-se sobreposto à ambiental e ecológica. Assim, a realidade existente nas áreas de fundo de vale se transforma em local não apenas com um conteúdo natural o qual se deve preservar, mas como resultado das contradições sociais materializadas na expansão urbana de Bauru, o que põe em risco e limita o capital natural.

Sabe-se que um dos recursos para gerir a cidade está no planejamento ambiental que tem faltado e muito nas diretrizes de desenvolvimento das cidades. No caso de Bauru, apesar de conter em seu Plano Diretor.

Mesmo regulamentada em lei conforme o Plano Diretor da cidade de Bauru a ocupação nas áreas de fundo de vale tem vários tipos de moradias feitas nos condomínios fechados de maior "status" e a proliferação de sub-habitação nestas áreas de risco.

A legislação vigente no Plano Diretor da cidade de Bauru deveria nortear o crescimento urbano e levar em consideração as áreas de mananciais que não têm produzido, a contento, a proteção e a valorização do ambiente urbano.

A política de ocupação e uso do solo bem como a de seu parcelamento ao promover a expansão urbana de forma desordenada dificultou a sinergia necessária para a redução dos impactos causados ao ambiente e à ecologia da cidade.

Em Bauru, as condições sociais de grande parte da população refletem em alguns fatores endógenos vivenciados na cidade as políticas internas no sentido de abordar apenas pelo lado econômico as questões sociais e ambientais enfrentadas para gerenciar os recursos no que tange às várias questões ambientais como saúde, educação, transporte, habitação e infraestrutura urbana (pavimentação asfáltica, energia elétrica e saneamento básico).

Além disso, não é somente uma dificuldade de demanda por melhores moradias ou, mesmo, de se deslocar este contingente para outro lugar, preservando as áreas de mananciais, mas sim, de se reverter às práticas das políticas públicas e do capital privado imobiliário ao se apropriarem de determinados lugares, deixando para que o poder público resolva as ocupações irregulares por parte das pessoas de menor poder econômico ou quase sem renda alguma.

Assim, as leis contidas no Plano Diretor da cidade de Bauru deveriam ser consultadas pelo poder público, pelos agentes imobiliários e financeiros como instrumento no sentido de atentar para as formas de ocupação do meio urbano e da sua urbanização.

No entanto, a função social do Plano Diretor entra em desconpasso com o Estatuto da Cidade quando o poder público não põe, em prática, de modo satisfatório as suas próprias leis.

Contrariamente, o poder público local estabelece concessões que favoreçam a ocupação desordenada, principalmente, em áreas de mananciais porque é muito menos custoso deixar que a expansão urbana da cidade de Bauru prolifere com ocupações irregulares sem nenhuma oportunidade para a reversão deste "status quo".

É notável a tolerância que o Estado (entenda-se o poder público de Bauru) tem demonstrado em relação à expansão das ocupações irregulares em terra urbana sendo que é de competência constitucional do órgão público em controlar e fiscalizar a ocupação do solo.

Quanto à população que ali se estabelece esta não compromete apenas os recursos fundamentais a todos os moradores da cidade, mas se fixa sem contar com o apoio do órgão público através de seus serviços e obras de infraestrutura urbana.

Nota-se que, quando não ocorrem medidas para suprir os problemas habitacionais seja via mercado privado, seja via políticas públicas sociais, evidentemente o motor que cria o pano de fundo dessa dinâmica de ocupação ilegal e predatória de terra urbana tende a se espacializar de forma desordenada.

O poder público não tem garantido os investimentos na periferia nem o cidadão de menor renda é contabilizado para o mercado financeiro. Assim também, as prioridades políticas de cunho socioambiental dificilmente estão voltadas para benefício da população carente.

Os problemas socioambientais nas áreas de fundo de vale representam parte da divisão social do trabalho na cidade produzido pelas contradições econômicas e sociais.

Resultam do dinamismo excludente do crescimento urbano e de como se tem dado às relações econômicas, políticas e sociais mediadas pelo Plano Diretor da cidade de Bauru que inviabiliza a participação de toda a sociedade na integração homem x ambiente.

Na prática o crescimento urbano de Bauru não tem respeitado o Plano Diretor da cidade o qual não está consubstanciado nas relações que norteiam a apropriação do ambiente urbano, o parcelamento e uso do solo que permite ao capital imobiliário e financeiro tornar os espaços públicos em locais privados.

Neste contexto, a gestão das políticas públicas da cidade fragilizou a questão da capacidade de suporte das áreas em fundo de vale e da sustentabilidade da ecologia urbana de Bauru. As condições históricas e concretas mostram como se encontra a realidade da maioria destes habitantes.

CONCLUSÃO

A legislação vigente no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da cidade de Bauru é um instrumento necessário para nortear o crescimento urbano, todavia, as leis e as diretrizes municipais foram insuficientes para o controle da expansão urbana em áreas de fundo de vale.

A racionalidade técnica feita pelo órgão de planejamento urbano considerou as áreas de fundo de vale como uma mercadoria apropriando-se de forma diferenciada do uso do ambiente urbano.

Ao mesmo tempo, não levou em conta a importância do funcionamento do sistema ecológico urbano tanto do ponto de vista físico-natural como no aspecto social e econômico das populações que vivem próximas às áreas de conservação ambiental.

O alastramento das áreas periféricas se deu pela concentração da população de baixa renda no entorno das margens dos córregos nos fundos de vale por ser o único local em que o Poder Público e os agentes imobiliários e financeiros permitiram a sua habitação onde não houvesse interesse econômico para seus empreendimentos.

A proliferação das ocupações humanas nas áreas de fundo de vale em Bauru e o resultado do crescimento desordenado da cidade contribuiu para a degradação socioambiental surgindo áreas com favelas em locais insalubres sem infraestrutura urbana.

Nas áreas mais pobres da cidade por falta de investimento e interesse do poder público de Bauru os problemas socioambientais se acentuaram como formação de favelas onde há falta de coleta do lixo urbano, contaminação das águas dos córregos pelo lançamento dos esgotos "in natura", erosão e assoreamento das margens dos córregos por causa da retirada da mata ciliar e da vegetação natural, favorecendo a degradação do ambiente urbano local.

Por outro lado, o mesmo espaço desvalorizado é revertido em novos empreendimentos imobiliários localizados em condomínios fechados para as classes sociais de maior poder aquisitivo com toda infraestrutura urbana necessária para garantir o conforto, a segurança, o "status", o lazer e a ideia de estar junto à natureza.

No entanto, a degradação do ambiente nestes locais de preservação permanente está comprometida à medida que a ocupação seja de forma irregular como regular, tem posto em xeque a ideia de sustentabilidade do meio urbano.

A expansão das áreas urbanas em Bauru ultrapassou os limites da capacidade de suporte dos fundos de vale contribuindo para a volatilização do processo de sustentabilidade dos ecossistemas naturais e pôs em risco a resiliência deste meio acelerando a degradação socioambiental na cidade.

Por isso, ao se permitir o loteamento sem atentar para o fato da importância dos mananciais como natural e social, acelerou-se as transformações ocorridas no meio ecológico pelo homem que de maneira artificial tem proposto soluções paliativas em áreas de fundo de vale.

O poder público da cidade de Bauru não atuou de maneira incisiva nas irregularidades do uso e da ocupação do solo ao envolver medidas que pudessem solucionar os problemas em épocas de chuvas no sentido de aumentar a vazão dos rios e córregos com toda a infraestrutura urbana necessária como rede de esgoto, tratamento do lixo, pavimentação asfáltica para se tentar conter as erosões e os assoreamentos dos córregos.

É com essa postura através de intervenções de caráter extremamente técnico na produção do espaço urbano de Bauru que se limita a enxergar em sua totalidade os fatores condicionantes nas áreas de fundo de vale.

O ecossistema que se apresenta no entorno das áreas de fundo de vale possui uma importância singular no contexto urbano da cidade de Bauru. A manutenção do equilíbrio ambiental e físico-natural das áreas ao redor dos fundos de vale e a preservação das matas ciliares tornaram-se imprescindíveis no controle do impacto das águas pluviais no solo urbano bem como a proteção dos mananciais nas cabeceiras das nascentes evitando a erosão e o assoreamento dos córregos para manter os fluxos das suas águas e o equilíbrio térmico do ambiente da cidade.

É fundamental lembrar a função social das áreas de fundo de vale como a criação e manutenção de parques ecológicos para a conscientização da sociedade como um todo na elaboração de

praças e áreas de lazer contribuindo para melhorar a qualidade de vida e da alta estima dos moradores locais propiciando uma identidade com as áreas no entorno dos fundos de vale além de uma melhoria cênica no ambiente da cidade.

O Plano Diretor da cidade de Bauru poderia tornar-se um instrumento favorável para a manutenção das áreas de proteção ambiental no espaço urbano influenciando na qualidade de vida da sociedade local. Contudo, a impressão que se tem num primeiro momento é de não haver problemas socioambientais e espaciais em Bauru.

É essencial que o poder público do município de Bauru conduza um plano de ações que implante políticas para suavizar os desequilíbrios socioambientais ocorridos pela exploração sem precedentes em busca da maximização dos lucros e da reprodução do capital em detrimento da conservação e preservação dos fundos de vale.

As leis do Plano Diretor de Bauru, em específico, as do parcelamento do solo foram regulamentadas para proporcionar uma visibilidade maior no desenvolvimento da cidade. Ao contrário, a legislação não foi suficiente para frear a especulação do solo urbano evidenciando o não cumprimento do plano, a contento, resultando no comprometimento da capacidade de suporte dos fundos de vale mostrando as contradições econômico-sociais que, por sua vez, aceleram os desequilíbrios nos Setores Especiais de Conservação de Fundo de Vale – SEC's.

Por outro lado, o poder público não priorizou a reversão da situação degradante não só do meio físico-natural, mas também, das condições sociais e subumanas dos moradores destas áreas insalubres.

De uma forma ou de outra, o poder público foi conivente com o uso e a ocupação do solo urbano não se atendo à dimensão de suas ações que acabaram alterando a complexa relação homem-natureza nos fundos de vale.

Nos Setores Especiais de Conservação de Fundo de Vale - SEC's as relações inerentes às propostas do capital especulativo imobiliário expressam na sua própria essência a contradição: capital x natureza pela condução das políticas públicas na gestão do Plano Diretor da cidade de Bauru.

Embora haja uma relação entre as condições sociais com a degradação do ambiente os cidadãos economicamente desfavorecidos recebem o estigma de serem os responsáveis pela degradação dos fundos de vale. Na verdade, o crescimento desordenado nestas áreas de preservação permanente é resultado das desigualdades socioeconômicas.

A pobreza é uma das faces da estrutura do sistema que coloca os moradores, vítimas do processo de acumulação da reprodução do capital no meio urbano como parte excluída sem acesso à qualidade de vida. A paisagem contrastante das favelas com os condomínios de luxo refletem a constante relação de força existente entre os que possuem e os que nada têm.

As leis elaboradas no Plano Diretor da cidade de Bauru deveriam ser otimizadas.

A lei do parcelamento do solo contida no Plano deveria ser mais abrangente no que tange às questões de conservação das áreas de fundo de vale com uma política mais austera, uma proposta elaborada e detalhada das formas de ocupação urbana.

Sendo assim, como possibilidade de reorientação da gestão urbana se faz necessário procurar os mecanismos que produzam o fortalecimento das políticas econômicas e de práticas que possam viabilizar a transformação socioambiental das áreas próximas aos fundos de vale.

É indispensável rever o modelo atual de organização urbana no município de Bauru calcado na fragmentação dos espaços concentrados em áreas específicas e buscar um projeto que vise à integração da relação entre o meio natural e o social urbano com um planejamento que considere a capacidade de suporte do ecossistema nos fundos de vale.

Uma proposta para amenizar os impactos urbanos nos fundos de vale seria o planejamento ecológico levando em consideração os aspectos físicos, geológicos, geomorfológicos e da vegetação destes setores especiais. É o caso da revitalização dos fundos de vale através da arborização nativa e a construção de parques ecológicos. Em quase toda extensão urbana não se vê projetos no sentido de se compreender o ambiente de forma integrada e com melhorias substanciais para os seus moradores.

As políticas públicas, todavia, não deveriam excluir a participação da população como um todo nem ignorar a realidade dos habitantes das diferentes áreas de preservação permanente, porém, utilizar-se das práticas democráticas para uma gestão participativa.

A comunidade em sintonia com as ações do poder público de Bauru poderiam definir as políticas de proteção em áreas de fundo de vale e o seu gerenciamento evitando o desequilíbrio dos recursos socioambientais.

LIXO

Atualmente os técnicos da Cetesb fizeram uma inspeção no aterro sanitário de Bauru(SP) e constataram que em 15 dias o local não vai suportar mais receber lixo. No entanto, caminhões carregados com resíduos chegam a todo momento.

Segundo informações da Companhia Ambiental do Estado, Bauru produz mais de 300 toneladas de lixo por dia. E apenas pouco mais de 3,5 mil toneladas de resíduos produzidos por mês vão para a reciclagem, ou seja, menos de 2%.

Isso pode gerar problemas graves de saúde pública e de degradação do meio ambiente. O chorume precisa ser constantemente levado para um local adequado e coberto. Além disso, o aterro precisa ser bem operado para evitar os problemas ambientais que podem prejudicar a saúde pública.